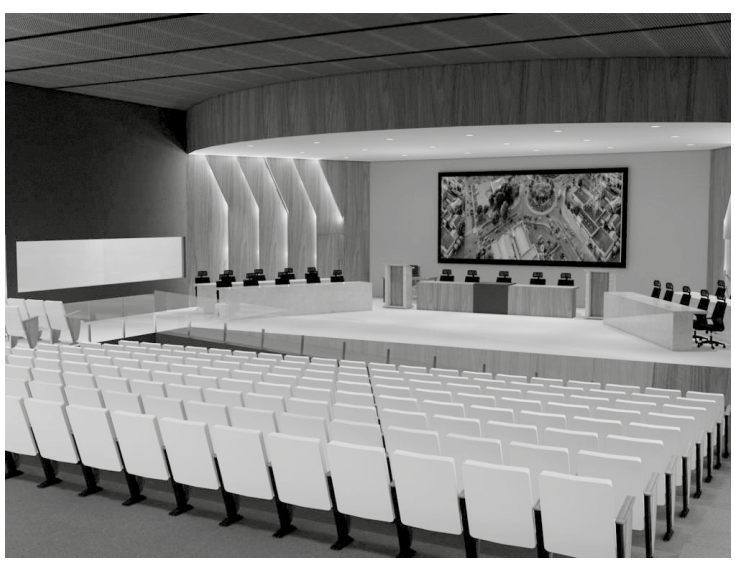
FASE DOCUMENTAL

Responsável por reforma da Câmara deverá ser conhecido em 20 dias

Cinco empresas se apresentaram no processo

ROSI OLIVEIRA / Redação DS



Projeto da reforma é da arquiteta Paula Pavan

Dentro de aproximadamente 20 dias, a Câmara Municipal de Tangará da Serra deverá anunciar a empresa que realizará a reforma da Câmara Municipal, sede do Poder Legislativo no município.

Segundo informações da Casa de Leis, cinco empresas se apresentaram para o processo que iniciou no dia 4 deste mês, quando foram entregues as documentações previstas no edital. "Nessa fase a gente quer conferir basicamente se a empresa atende os requisitos exigidos", informa Caio Garcia da Silveira, administrador legislativo.

Conforme o administrador, há que se respeitar o prazo para recursos, que esgota na próxima semana, mais especificamente no dia 25.

De acordo com Caio, a partir desse prazo a Câmara Municipal, através seu presidente Romer Japonês, marcará uma sessão para abertura dos envelopes com as propostas de preços.

Cabe ressaltar que a empresa escolhida deverá tratar da parte estrutural da obra, uma vez que a proposta arquitetônica foi eleita através de concurso, tendo como vencedora a arquiteta Paula Pavan.

A cargo da empresa escolhida ficarão os projetos executivos. "São projetos mais técnicos, como da parte elétrica, estrutural, hidrossanitário, combate de incêndio e pânico, elevador e outros mais que necessitarão de profissionais de áreas distintas, estando incluso também a aprovação junto aos órgãos competentes", detalha Caio.

Nessa fase será conhecida também a estimativa dos valores que serão gastos na reforma. "Para a Câmara Municipal se programar financeiramente para custear esse trabalho, porque ela vai ter que adequar o seu orçamento", complementa.

O novo prédio terá plenário para 300 pessoas e capacidade para comportar até 23 vereadores, incluindo o gabinete da presidência da Casa. Serão quatro andares, numa estrutura que demandará investimentos de até R$ 15 milhões.

0800

ALMT aprova projeto que obriga empresas a oferecerem atendimento telefônico gratuito ao consumidor

Para o deputado é uma vitória para os consumidores

Assessoria ALMT

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou em segunda votação o Projeto de Lei 749/2023, de autoria do deputado Dr. João (MDB), que obriga empresas de televisão por assinatura, estabelecimentos comerciais de vendas no varejo e atacado, que possuam serviço de atendimento ao consumidor - SAC, a colocarem à disposição de seus clientes atendimento telefônico gratuito, através do prefixo 0800.

O projeto foi aprovado por unanimidade em primeira votação. Na segunda votação, o substitutivo integral apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi acatado, com algumas alterações, como a diminuição do valor das multas e a retirada do parágrafo que determinava a cassação da inscrição estadual das empresas que descumprissem a lei.

Segundo o deputado Dr. João, a aprovação do projeto é uma vitória para os consumidores mato-grossenses, que terão o direito de reclamar de produtos ou serviços de forma gratuita. Atualmente, muitas empresas oferecem atendimento ao consumidor através de números 0300, que são pagos pelo cliente. "O consumidor não pode ser penalizado com o pagamento de uma ligação para reclamar de um produto ou serviço que não está sendo prestado de forma adequada", disse.

> Consumidor não pode ser penalizado com o pagamento de uma ligação

O projeto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União).